

ANO 19 - NÚMERO 250 - 03 A 15/09/2018

CUT

CONTRAF

FETEB.com



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

VITÓRIA DOS BANCÁRIOS Unidade e luta garantiram conquistas!

Com Acordo que garante aumento real e manutenção de direitos, os bancários se tornam referência para as demais categorias profissionais num momento difícil para os trabalhadores. **PAGINA 3**



ACORDOS DO BB E CAIXA/PAG. 2

DIA DO BASTA E COMEMORAÇÕES DOS BANCÁRIOS/PAG. 4



Última reunião de negociações entre o Comando Nacional e a direção do BB

BANCO DO BRASIL

Itaú pagará PCR junto com a PLR, no dia 20

O Itaú pagará o Programa Complementar de Resultados (PCR) junto com primeira parcela da PLR, no dia 20 de setembro. O PCR é uma conquista dos bancários do Itaú, em negociação iniciada em 2003. Mais de 80.000 trabalhadores são contemplados em todo o país. O valor do PCR será reajustado pelo índice acordado com a Fenaban, 5% (reposição da inflação mais 1,18% de aumento real), que resultará no valor de R\$ 2.662. O PCR que será pago no dia 20 é resultado do acordo bianual específico para a verba, 2017/2018, reajustado pelo índice conquistado na Campanha 2018. Os representantes dos trabalhadores cobram a renovação do acordo.

Negociações garantem direitos

O Banco do Brasil propôs um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de dois anos com reajuste de 5% em 2018 e inflação, mais ganho real de 1% em 2019 sobre todas as verbas. O acordo prevê também a manutenção de todos os demais direitos sindicais e sociais. A exceção é para o intervalo de almoço dos funcionários com jornada de oito horas, que poderá ser reduzido para 30

minutos, de forma facultativa. Já para os funcionários de seis horas será mantido o modelo atual, sem registro de ponto. A mudança será discutida ao longo do processo de negociação permanente até que se tenha um entendimento, inclusive em outros bancos.

Em relação ao Banco de Horas, os funcionários terão seis meses para a compensação das horas

extras com folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado, e caso a compensação não aconteça em até seis meses, o saldo de horas será convertido em espécie e pago no mês subsequente com o devido adicional de hora extra, ou seja, uma hora e meia.

Já o pagamento da PLR seguirá o mesmo modelo do ano anterior e o pagamento do primeiro semestre de 2018 será feito em

até dez dias úteis após a assinatura do acordo.

Mesas temáticas -O acordo mantém a mesa temática sobre Saúde e Segurança no Trabalho, e acrescenta duas novas mesas temáticas sobre Teletrabalho e Escritórios Digitais e Entidades Patrocinadas de Bancos Incorporados. Proposta completa no site www.pactu.org.br.

CAIXA Proposta mantém conquistas

A mobilização dos trabalhadores foi importante para a manutenção de direitos na Caixa Econômica Federal, inclusive o Saúde Caixa e a PLR Social, que estavam ameaçadas. A proposta final foi apresentada no dia 26/08. As negociações garantirão a manutenção do Saúde Caixa e do modelo de custeio no qual os custos administrativo e fiscal ficarão sob encargo do banco. Além disso, 70% dos custos assistenciais também serão de responsabilidade da Caixa.

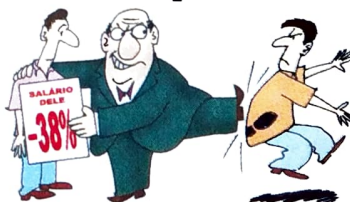
Os outros 30% serão bancados pelos funcionários. Foi garantida a PLR Social para 2018 e 2019 (4% do lucro líquido apurado nos exercícios de

2018/2019, distribuído em valores iguais para todos os empregados). Pagamento da PLR será feito pela regra Fenaban. Ficou acordado que 50% do valor da PLR será pago em 20 de setembro.

Mais direitos garantidos

Entre outras cláusulas mantidas estão: descanso adicional em agência barco, grupos de trabalho, incorporação do REB ao novo plano da Funcef, promoção ano base 2018/2019, qualidade de vida dos empregados, tesoureiro executivo, trabalho da gestante, registro de jornada, 13ª cesta-alimentação, entre outros. Veja proposta completa no site www.pactu.org.br.

Terceirização ameaça conquistas dos bancários



Bancários podem ser substituídos por terceirizados. É isto o que decidiu o STF em sessão realizada em 30/08, um dia após Michel Temer garantir o reajuste de 16,38% para o Judiciário. A decisão do STF coloca uma "pá de cal" na Previdência Social brasileira. Especialistas afirmam que não precisa reforma, pois o esvaziamento da arrecadação avançará rapidamente com a queda do emprego contratado

diretamente pelo empregador. Contratos PJ (Pessoa Jurídica) e a zero hora crescerão mais, sem contribuição previdenciária. Além disso, afirmam que com a decisão do STF, de liberalização geral e irrestrita da terceirização, o emprego público como se conhece está próximo do fim.

Em Nota Oficial, a CUT lamentou a irresponsabilidade da mais alta Corte da Justiça no país, que deveria ser a guardiã da Constituição, "com essa decisão co-loca em risco a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e o futuro do Brasil, impedindo a redução da desigualdade social e a construção de uma nação desenvolvida, alicerçada sobre os princípios da justiça social".

Bancários conquistam aumento real e garantia de direitos para todos

Numa das mais difíceis conjunturas dos últimos tempos, dentro de um golpe que retira direitos e busca dividir e enfraquecer os trabalhadores, os bancários conseguiram atingir o objetivo: arrancar dos bancos um acordo com aumento real e manutenção de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, garantindo a unidade nacional da categoria. Ao vencer a nova CLT, os bancários se tornaram referência para as demais categorias nos acordos trabalhistas.

Foram dez rodadas de negociação, iniciadas em 28 de junho, e muita pressão do Comando Nacional dos Bancários sobre a federação dos bancos. A Campanha ganhou as ruas, através de ações sindicais, e as redes

sociais, com ampla participação dos bancários.

Finalmente, no dia 25/08 a Fenaban apresentou uma proposta final, com reajuste salarial de 5% (aumento real de 1,18% sobre uma inflação do INPC projetada em 3,78%) e garantia de manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) válida para os empregados de bancos públicos e privados do Brasil.

A proposta prevê, ainda, acordo com validade de dois anos. Assim, ficariam garantidas, até 2020, a manutenção de todos os direitos e a reposição total da inflação (INPC), mais 1% de aumento real para salários e demais verbas em 1º de setembro de 2019.



Assembléias no Pactu: bancários aprovam Acordo

UNIDADE NACIONAL

Segundo a diretora do Pactu em Campo Mourão, Nivalda Sguissardi, o acordo significa uma importante vitória para os bancários, especialmente em tempos de golpe e de retirada de direitos. Para ela, a unidade nacional, entre trabalhadores de bancos públicos e privados, sai fortalecida.

Mais uma vez os Sindicatos do Pactu tiveram uma participação expressiva na Campanha, realizando manifestações, protestos, paralisações e reuniões nos locais de trabalho para incentivar os bancários a participarem da luta. "Foi uma batalha difícil, mas vitoriosa", reconhece João Carlos Padilha, diretor do Pactu em Toledo. "Enfrentamos o desmonte trabalhista, mantendo todos os trabalhadores representados por nossa CCT", afirma.

Estratégia deu resultados

A novidade este ano foi a antecipação das negociações para que não houvesse riscos para os trabalhadores, diante do fim da ultratividade que validava os direitos até que um novo acordo fosse assinado. A data base dos bancários é 1º de setembro. Com a lei trabalhista do pós-golpe, nenhum direito estaria garantido a partir dessa data. Além disso, o aumento real médio das categorias profissionais com campanha no primeiro semestre de 2018 foi de 0,94%. Cerca de 40% sequer conseguiram alcançar reajustes acima da inflação. Os bancários, além dos 5%

de reajuste, conquistaram avanços (veja no quadro ao lado), como o parcelamento em até três vezes do adiantamento de férias que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso.

A proposta também garante a manutenção dos direitos da CCT para os hipersuficientes. Esses trabalhadores, cerca de 91 mil na categoria que ganham mais de R\$ 11.291,60, estariam expostos a negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a lei trabalhista de pós-golpe.

TODOS OS DIREITOS ESTÃO GARANTIDOS



- Mantém a PLR integral para bancárias em licença-maternidade e afastados por doença ou acidente
- Garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado
- Mantém todos os direitos da CCT ao hipersuficiente (quem ganha mais de R\$ 11.291,60)
- Mantém o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias (cláusula 65)
- Para a cláusula de gratificação manteve-se o mínimo de 55% de comissionamento, sendo que, em caso de ação trabalhista para 7ª e 8ª horas, será descontado o que já foi pago. A mudança não impacta nas ações anteriores à assinatura do acordo, com período de 3 meses de transição
- Realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamento fundamental sobre o perfil da categoria para a promoção da igualdade de oportunidades
- Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco. Os demais terão prazo para solicitar o pagamento
- Mantém o salário substituto (cláusula 5ª)
- Cláusula do vale-transporte volta a ser a conquista da categoria de 4% de desconto sobre o salário base
- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias

Confira a proposta detalhada acessando www.pactu.org.br

Dia do Bancário teve comemorações

SINDICATO DOS BAI



PARANAÍ



PARANAÍ



CAMPO MOURÃO



GUARAPUAVA

Os bancários e bancárias saíram de uma Campanha Salarial difícil, mas com um resultado significativo, que garantiu reposição, aumento real e garantia dos direitos. Esse foi um motivo a mais nas comemorações alusivas ao Dia do Bancário (28 de agosto), que não passou em branco na base do Pactu. Em Paranavaí, o Sindicato dos Bancários

promoveu jantar para bancários, familiares e música ao vivo com Max Freire e Alex. Em Campo Mourão e Guarapuava os sindicatos realizam almoço de confraternização, com jogos de futebol suíço e brincadeiras para a criançada. Em Umuarama e Toledo as confraternizações deverão ocorrer até o final do ano.

Pactu protesta em Brasília



Entre as atividades da Campanha deste ano, os Sindicatos do Pactu estiveram em Brasília, no

dia 14/08, as 14h, participando de reunião com o Comando Nacional, no Sindicato dos

Bancários de Brasília. Eles avaliaram a Campanha até aquele momento e traçaram estratégias para continuidade da luta que culminou com avanços na proposta dos banqueiros.

No dia 15/08, as 10h, os representantes do Pactu, dos funcionários públicos e de empresas de economia mista protestaram em frente o Ministério da Fazenda contra a CGPAR 23, a qual onera as despesas de funcionários com planos de saúde, entre outros malefícios.

Dia do Basta alertou: O trabalhador não suporta mais



Pactu participou do Dia do Basta

De um lado está o governo ilegítimo de Michel Temer e seus aliados no Congresso, que estão flexibilizando as leis trabalhistas e destruindo conquistas de décadas de luta. Na outra ponta estão os patrões, que fazem uso dessas mudanças para retirar direitos dos trabalhadores.

A população já não suporta mais as consequências das medidas tomadas pelo governo, que favorecem apenas os ricos. O descontentamento levou às ruas das principais cidades brasileiras milhões de trabalhadores dispostos a lutar pelos seus direitos. Foi no último 10 de agosto, o Dia do Basta, organizado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), juntamente com outras centrais sindicais, movimento sindical e movimentos populares.

Os bancários tiveram uma participação expressiva e foram às ruas contra o desemprego, destruição de direitos e desmonte das empresas públicas. Em muitas cidades houve o retardamento na abertura de agências bancárias.

Os sindicatos do Pactu participaram ativamente do protesto. "A categoria bancária aproveitou para dialogar com a população e entregou panfletos informativos sobre os ataques que o governo Temer está promovendo contra a classe trabalhadora e a democracia", informou Aníel Pedroso do Couto, diretor do Seeb Umuarama.

Para o diretor do Pactu em Guarapuava, Sandro José Zanona, "a participação ativa dos bancários também foi um recado aos banqueiros, de que a categoria não aceita nenhum direito a menos".